

BOLETIM MENSAL DE EMERGÊNCIA

YANOMAMI

JANEIRO 2026



Conheça as principais ações realizadas pelo Governo Federal na Terra Indígena Yanomami em janeiro de 2026.

323*

operações de combate
ao garimpo ilegal

4.905

cestas de alimentos entregues
em dezembro** de 2025

R\$ 649,2mi

prejuízo ao garimpo
desde março de 2024

190.787

cestas de alimentos entregues
desde janeiro de 2023

■ Confira as ações integradas do Governo Federal

Desintrusão e combate ao garimpo ilegal**

- Principais números:

	JANEIRO DE 2026	ACUMULADO (a partir de março/24)
Cassiterita apreendida e inutilizada (Kg)	0	191.058
Ouro apreendido e inutilizado (g)	0	249.770
Aeronaves apreendidas e inutilizadas	0	45
Mercúrio apreendido e inutilizado (g)	600	235.015
Helipontos inutilizados	0	2
Pistas de pouso inutilizadas	2	77
Balsas apreendidas e inutilizadas	5	140
Balsas grande porte apreendidas e inutilizadas	0	8
Embarcações apreendidas e inutilizadas	6	310
Prisões de pessoas	11	328
Maquinários pesados apreendidos e inutilizados	0	74

*9.233 operações de combate ao garimpo ilegal desde março de 2024. **A fim de garantir a consistência, comparabilidade e transparência da informação, o dado do quantitativo de cestas de alimentos entregues nas TIY sofreu uma mudança de metodologia. Para fins de padronização, a partir deste Boletim será utilizado o dado do número de cestas entregues até o mês anterior. Essa ação busca evitar divergências entre os registros das diferentes fontes e permite que eventuais ajustes sejam feitos de forma organizada, apenas no consolidado anual, através de Nota Metodológica. ***É importante destacar que frente a todas as ações realizadas pela gestão federal sob a coordenação da Casa de Governo, as apreensões e destruições de equipamentos são cada vez menos frequentes, demonstrando esforços sustentados no combate ao garimpo ilegal.

- **Governo do Brasil alcança 9 mil operações e garimpo ilegal tem queda de 98,77% na Terra Yanomami**

Entre março de 2024 e janeiro de 2026, dados do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), órgão responsável pelo monitoramento ambiental e territorial da Amazônia por meio de imagens de satélite e sistemas de inteligência, indicaram uma redução de 98,77% das áreas de garimpo ativo na Terra Indígena Yanomami. Essa redução territorial teve impacto direto sobre a estrutura econômica do garimpo ilegal, com prejuízos estimados em mais de R\$ 642 milhões, atingindo desde os pontos de extração até as rotas de abastecimento e escoamento do ouro.

As 9 mil ações resultam de uma atuação contínua coordenada pela Casa de Governo, em Roraima, envolvendo diversos órgãos federais, e se basearam em fiscalização em campo, ações de inteligência, controle do espaço aéreo e fluvial e bloqueio das rotas logísticas utilizadas por invasores. Como resultado dessas ações, **foram inutilizadas 45 aeronaves, 77 pistas de pouso clandestinas e 762 acampamentos**, além da apreensão de combustíveis, motores, embarcações e outros equipamentos utilizados na atividade garimpeira.

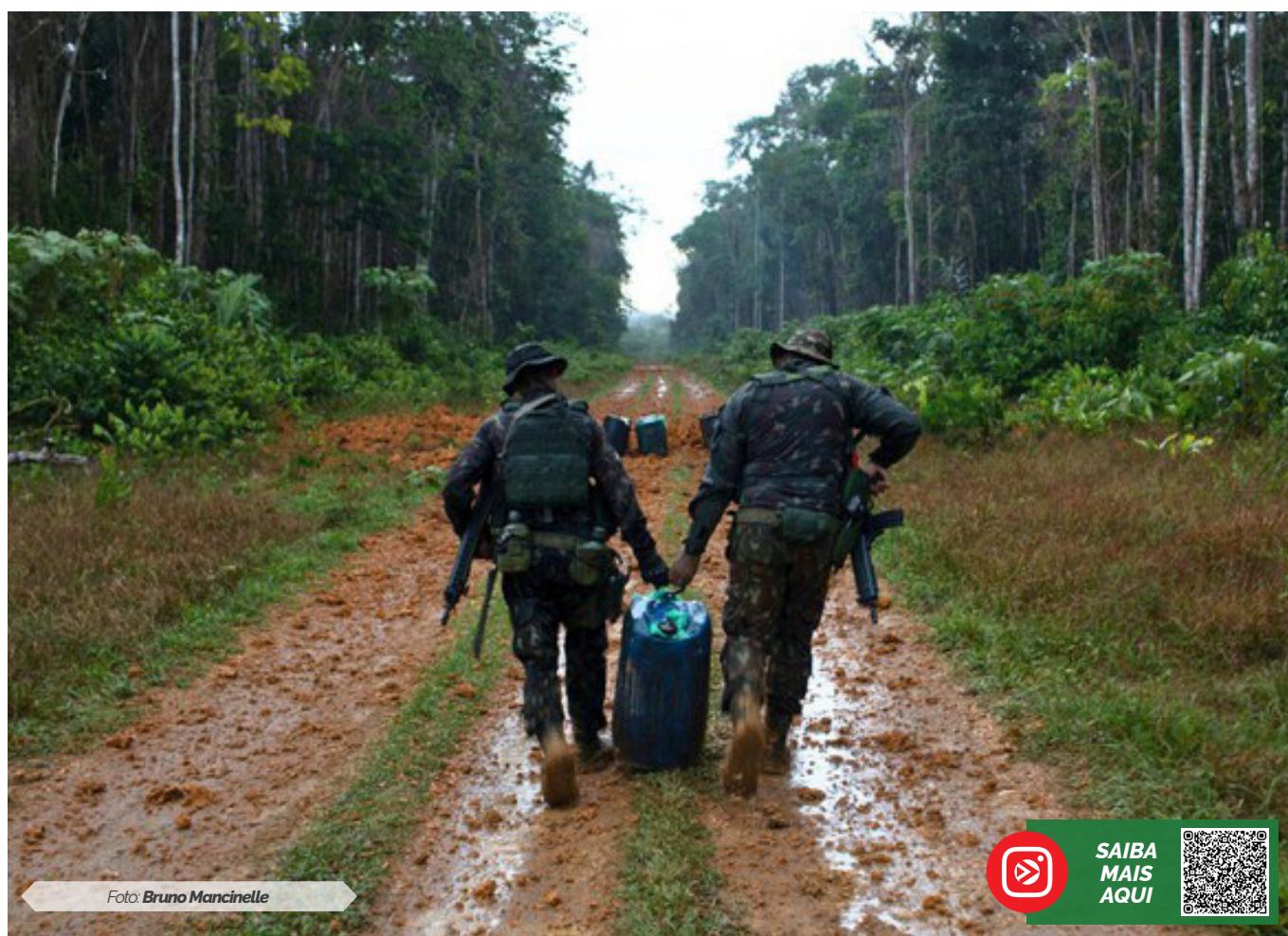


Foto: Bruno Mancinelle



SAIBA
MAIS
AQUI



- **ICMBio contribui para queda de 98,77% do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami**

Atuação integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) nas ações de combate ao garimpo ilegal contribuiu diretamente para a redução de 98,77% das áreas de garimpo ativo na Terra Indígena (TI) Yanomami, entre março de 2024 e janeiro de 2026. O resultado é fruto de operações contínuas coordenadas pela Casa de Governo, em Roraima. A atuação do ICMBio concentra-se prioritariamente nas Unidades de Conservação (UCs) federais localizadas no entorno da TI Yanomami, em Roraima, e em áreas sobrepostas no Amazonas. Nessas regiões, as UCs exercem papel estratégico como escudos de proteção, uma vez que muitas das rotas de acesso utilizadas por garimpeiros atravessam áreas protegidas antes de alcançar terras indígenas. Como resultado dessa presença contínua, o monitoramento do Projeto PRODES — que acompanha o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal desde 1988 — aponta que o desmatamento foi zerado em sete das oito Unidades de Conservação com presença Yanomami em seu interior ou entorno. São elas:

- Estação Ecológica de Maracá
- Parque Nacional do Pico da Neblina
- Floresta Nacional do Amazonas
- Floresta Nacional de Anauá
- Parque Nacional Serra da Mocidade
- Floresta Nacional de Roraima
- Estação Ecológica Niquiá

A única exceção é a Floresta Nacional de Parima, criada em 2023, que herdou um histórico recente de forte pressão e desmatamento.



Foto: **Bruno Bimbato**



SAIBA
MAIS
AQUI



Políticas Sociais

- **EJA no território Yanomami: Governo Federal inicia formação de educadores para fortalecer autonomia do povo Sanõma**

Dez profissionais de educação vão receber capacitação especializada para implementar a Educação de Jovens e Adultos (**EJA**) no território Yanomami, em Roraima. A medida atenderá a **35 comunidades indígenas do povo Sanõma**, como parte dos esforços do Governo Federal para implementar ações estruturantes e permanentes na Terra Indígena Yanomami (TIY). Coordenada pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), a formação conta com aporte de recursos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e dos ministérios da Educação (MEC) e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). A previsão é que os educadores comecem a atuar no território em fevereiro de 2026.



Foto: **Maia de Barros/Funai**



SAIBA
MAIS
AQUI



- **Proteção e construção de um novo futuro marcam os três anos da Emergência Yanomami**

Em 20 de janeiro de 2023, após visita a Roraima, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu a crise humanitária enfrentada pelo povo Yanomami e decretou emergência em saúde pública. O Decreto nº 11.384/2023 instituiu, no âmbito do Governo do Brasil, um comitê sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República para traçar estratégias interministeriais capazes de responder à gravidade da situação, quando a vida de 30,4 mil indígenas do território estava em risco.

A força-tarefa para retirar os invasores da terra e, assim, permitir que o **modo de vida dos indígenas** fosse retomado foi reforçada no ano seguinte à emergência, com a centralização das operações de segurança sob o controle de um único órgão, a Casa de Governo. Instalada em Boa Vista (RR) e vinculada à Casa Civil, essa estrutura, criada em 27 de fevereiro de 2024, foi concebida para **integrar a atuação de mais de 20 órgãos federais** das áreas de **segurança pública, fiscalização ambiental, saúde, assistência social e inteligência**, assegurando presença permanente do Estado, articulação interinstitucional e resposta contínua às redes que sustentavam a exploração ilegal do território.



Foto: Bruno Mancinelle / Casa de Governo



SAIBA
MAIS
AQUI



- **Estudo aponta impacto de ações contra malária na Terra Yanomami**

O impacto das intervenções realizadas pelo Governo Federal para conter a malária na Terra Indígena Yanomami é apontado em novo estudo coordenado pela Fiocruz. Publicada na revista científica *Malaria Journal*, a pesquisa analisa efeitos das ações estabelecidas a partir da declaração de emergência de saúde pública, em janeiro de 2023. O novo estudo mostra que, **nos dois primeiros anos de intervenção emergencial, houve aumento na detecção de casos, redução de hospitalizações e estabilização do número de mortes por malária** no estado de Roraima, onde está situada parte importante da terra Yanomami, além de territórios onde vivem indígenas de outras sete etnias.

A investigação foi realizada por especialistas do Laboratório de Pesquisa em Malária do IOC/Fiocruz, Secretaria Estadual de Saúde de Roraima (Sesau/RR), Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista (SMSA Boa Vista), Universidade Federal Rural de Roraima (UFRR), Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI Yanomami) e Coordenação de Eliminação da Malária da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (Cema/SVSA/MS).



Foto: João Risi / MS



SAIBA
MAIS
AQUI



- **Governo e ONU têm programação alusiva a 3 anos de emergência Yanomami**

Passados três anos da emergência humanitária Yanomami, o governo federal e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) programam uma série de ações em Roraima. Nesta quinta-feira (22), está prevista a inauguração de um espaço do Acnur no Centro de Referência em Direitos Humanos Yanomami e Ye'kwana (CREDHYY), em Boa Vista. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em um contexto marcado, também, pela crise humanitária na Venezuela, a ideia é **reforçar a cooperação entre o Estado brasileiro e organismos internacionais** “no atendimento e na proteção de povos indígenas, migrantes e refugiados no território”.

Na programação referente ao marco dos três anos da emergência humanitária Yanomami, estão previstas **reuniões de avaliação, alinhamentos internos e encontros com o sistema de justiça**. As atividades contam com a participação da Organização Internacional para Migrações (a agência das Nações Unidas para questões relacionadas ao tema) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Estão previstas **visitas a abrigos indígenas e não indígenas** – como os pontos de atendimento da Operação Acolhida – tanto em Boa Vista quanto em Pacaraima.



Foto: **Fernando Frazão/Agência Brasil**



SAIBA
MAIS
AQUI



- **Funai e ICMBio realizam oficinas de audiovisual e artesanato para fortalecer geração de renda e proteção social no território Yanomami**

Foram realizadas **oficinas de audiovisual e artesanato** com a participação de **14 jovens e 30 mulheres** artesãs e lideranças Yanomami e Ye'kwana na Escola Estadual Indígena Hadyanai. O objetivo foi **fortalecer a cultura, o protagonismo indígena e a proteção social** na Terra Indígena Yanomami (TIY). As atividades também incluíram um diagnóstico participativo de uso do território. O evento ocorreu entre os dias 5 e 10 de novembro na **região do Apiaú, na TIY, no município de Mucajaí (RR).**

As atividades foram realizadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por meio da Força-Tarefa Yanomami e Ye'kwana (FTYY), em parceria com a equipe de Gestão Socioambiental do Núcleo de Gestão Integrada de Roraima do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A oficina ofereceu dinâmicas em roteirização, gravação e edição, resultando na produção de dois curtas-metragens: Amukayke Omamo e Nakatoke totihi. O ciclo integra o Projeto de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Crianças Yanomami e Ye'kwana da FTYY da Funai e o Projeto Rede de Pesquisa, Monitoramento e Extensão Socioambiental do ICMBio.



Foto: Divulgação Funai



SAIBA
MAIS
AQUI







GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

